



41ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA
11 de agosto de 2009 – 9:30h
UMAPAZ Universidade do Meio Ambiente e Cultura de Paz
Av IV Centenário, s/nº Portão 7

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I.** Aprovação da ATA da 40ª Reunião Ordinária do CONFEMA.
- II.** Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- I.** Posse dos Conselheiros representantes da Sociedade Civil;
- II.** Análise e deliberação dos projetos da Subprefeitura de Pirituba-Jaraguá;
- III.** Análise Deliberação sobre os seguintes projetos postulantes ao FEMA nos termos do Edital nº 06, de modo a habilitar a publicação de propostas selecionadas;



Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos e a todas, vamos dar início a 41ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA no dia 11 de agosto, aqui na Uma Paz. Primeiro eu preciso anunciar a posse dos novos conselheiros eleitos pela sociedade civil, nós estamos com a presença da Mônica Borba, pelo Cinco Elementos, do Luiz Ferrua, mais uma vez, eleito pela Ciranda, nós temos também o Marcelo Artur Mota Ramos Marques da Associação do Itaim Bibi, que já justificou a ausência, no mesmo dia ele tem reunião do Parque do Povo, e o Gilmar Altamirando, representando a Associação Universidade da Água, ele confirmou a presença, deve estar chegando. E hoje nós contamos com a presença também do Marcelo, que é suplente da Secretaria de Planejamento, SEMPLA. E também nós estamos dando posse hoje ao representante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente que é o José Maestro, obrigada pela presença. Então a posse concluída nós vamos para o expediente. Primeiro seria a aprovação da ata da 40ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA. Todos os conselheiros receberam por e-mail a ata. Então os conselheiros que são favoráveis à aprovação da ata permaneçam como estão. Então a **Ata da 40ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA foi aprovada por unanimidade.** Na sugestão de inclusão na pauta tenho um processo que já foi submetido ao CONFEMA e o próprio CONFEMA pediu mais elementos para análise, é um processo de desfazimento da subprefeitura de Perus, hoje o processo está voltando com complementação de informações para análise dos conselheiros. Proporia essa inclusão na pauta depois de termos completado os pontos previstos. Mais alguma sugestão de inclusão de pauta?

Presidente Eduardo Jorge: Desfazimento é ocupação de áreas invadidas de risco, o desfazimento é a demolição da residência.

Coordenadora Helena Magozo: Bom, nós vamos começar, é uma questão que eu já coloquei na semana passada, nós tivemos oportunidade de chamar os conselheiros novos, recém eleitos, para discutir um pouco toda a normalização do CONFEMA, do FEMA, a forma como funciona, sistemática de avaliação de projetos, os objetivos, a legislação pertinente. E uma das coisas que nós colocamos naquela ocasião é que nós temos um recurso muito importante, na verdade é o recurso mais robusto do CONFEMA, são os recursos oriundos dos leilões de crédito de carbono. Nós tivemos dois leilões na cidade, e há a previsão de um terceiro leilão agora em setembro ou outubro e houve uma direção da secretaria e do governo do município no sentido de que esse recurso fosse usado predominantemente nas regiões próximas aos aterros que mais sofreram impactos, durante os anos, impacto ambiental por esses aterros. Então Pirituba, Perus, São Mateus e Cidade Tiradentes. O que ocorre é que nós chegamos a fazer uma deliberação sobre os recursos gerados no aterro Bandeirantes, e o relatório do Tribunal de Contas até foi publicado no Diário Oficial assinalou que nós não chegamos a fazer a deliberação, a gente parte desse princípio, mas que nós não fizemos a deliberação formal sobre a aplicação dos recursos de carbono do aterro São João serem aplicadas também na zona leste mais próxima. Então a primeira deliberação que nós estamos propondo é essa, só que tem um acréscimo que eu gostaria que o senhor colocasse que na última reunião do comitê gestor da secretaria... Eu vou explicar depois que nós estamos numa contingência de disponibilidade de recursos no município como um todo, inclusive no fundo, eu vou dar explicação depois disso para vocês. Mas até por conta disso o secretário fez uma proposta que houvesse uma possibilidade de também esse recurso do crédito de carbono ser usado para atividades relacionadas ao enfrentamento do aquecimento global, porque senão não teríamos a possibilidade de desenvolver uma série de fóruns nos preparando para



Dinamarca, para Kopenhagem no final do ano, então eu queria que você falasse um pouco disso, Eduardo, que na verdade seria uma deliberação nesse seguinte sentido, que deliberassem sim maciçamente é para essas regiões, para projetos nessa área, mas que também uma parte do recurso pudesse, se o secretário conseguir a deliberação...

Presidente Eduardo Jorge: Não é por causa do congelamento sim ou não, porque isso sempre acontece, pode liberar daqui a um mês, dois meses, é uma questão mesmo conceitual, porque vejam, a prioridade continua sendo gastar em Perus, Pirituba, Cidade Tiradentes e São Mateus, essa é a orientação do prefeito, e a Secretaria do Verde e o CONFEMA vem cumprindo. Mas tem questões que você até para também trabalhar nessas regiões e vejo que essas regiões não são pequenos bairros, se somar tudo isso, isso vai dar 1.700.000 habitantes, ou seja, seria a segunda cidade maior do estado de São Paulo, se você somar São Mateus, Cidade Tiradentes, Perus, Pirituba, isso significa uma cidade de 1.600.000, 1.700.000 habitantes. Tem algumas atividades que diz respeito à cidade como um todo na questão do combate das mudanças climáticas, mas também as regiões, por exemplo, nós vamos organizar um caderninho de educação ambiental, para as questões das mudanças climáticas para a população em geral. Não tem sentido você fazer um caderninho para São Mateus, Perus, Pirituba, nós vamos fazer para São Paulo, e é claro, uma cidade de 1.700.000 habitantes vai receber, mas as outras escolas também vão receber, então a Mônica que é nossa coordenadora de comunicação já tem vários modelos de Kopenhagem, de Londres e quer ter um aqui também, que possa circular na cidade inteira, é claro, não só nos quatro bairros. Outra questão importante, nós precisamos agora junto com o Governo Federal, estamos planejando isso em várias cidades começar uma campanha de esclarecimento e mobilização em relação a mudanças climáticas, coisa também que já acontece em várias cidades do mundo. Existem movimentos, não é só o governo que se move, são empresários, sindicatos, trabalhadores, donas de casa, associações, Ong's, e eles nessas cidades têm movimentos de conscientização, de mudanças de hábito, de cultura, em relação a mudanças climáticas, então você precisa organizar um movimento desse tipo, fazer encontros, reunir gente da cidade inteira, vai vir gente, é claro, de Perus, Pirituba, São Mateus, Cidade Tiradentes, mas vai vir de Moema, vai vir de Grajaú, isso aí gasta, você tem que ter auditório tem que fazer convocação, tem que chamar entidades, então são atividades mais gerais desse tipo que não tem sentido você fazer só para quatro subprefeituras, afetam as quatro subprefeituras, mas afetam a cidade como um todo. É uma questão conceitual. Existem outras atividades, aí já é uma coisa mais complexa, terceiro nível de atividade, que são questões como estímulo a eficiência energética, e mesmo instalação de geração de energia como energia eólica, por exemplo. Isso ainda dá para começar nessas subprefeituras, por exemplo, se conseguirmos começar a instalar até de uma forma exemplar, torre de energia eólica, dá para começar por Perus, Pirituba, São Mateus, Cidade Tiradentes, mas se conseguirmos depois avançar para outros locais da cidade também vale a pena, mas isso é um terceiro elemento e não está no horizonte agora, mas essas duas atividades que são atividades de educação ambiental, mais propriamente ditas, publicações de informação, encontros para mobilização da população, é algo que esse recurso é importante que seja usado, é um recurso disponível, tem tudo a ver com a questão de mudanças climáticas, e deveríamos ter uma orientação aqui do CONFEMA para isso.

Coordenadora Helena Magozo: Os conselheiros querem perguntar alguma coisa, se posicionar em relação. Mônica, por favor, depois Ferrua.



Cons. Mônica Borba: Eu queria saber na verdade quanto que vocês estão propondo, que porcentagem utilizar? É isso que eu gostaria de saber.

Presidente Eduardo Jorge: Primeiro temos que ter um sim, aí depois temos que trazer o projeto para vocês, esse projeto não existe ainda.

Coordenadora Helena Magozo: Agora é uma diretriz, não é verdade Mônica?

Presidente Eduardo Jorge: Quando tiver a gente pede para o pessoal da comunicação vir aqui e apresentar.

Coordenadora Helena Magozo: E sendo da secretaria tem que ser por licitação, necessariamente. Sendo da secretaria é por licitação que ocorre a contratação.

Cons. Mônica Borba: (incompreensível, não falou no microfone)

Coordenadora Helena Magozo: É tudo da secretaria não temos outra forma. Entra aqui, você dá aquele valor estimativo, quando você solta a licitação, e depois quando a licitação é concluída, a gente presta conta, olha, o valor máximo, porque a licitação quando lança, lança o valor máximo, aí trazemos o valor despendido é tanto.

Cons. Mônica Borba: (incompreensível, não falou no microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Não temos o dimensionamento financeiro disso ainda não, e o projeto em si conta também com o financeiro, e quando tiver isso pronto, que vai ser logo, porque no final de ano é o encontro, nós trazemos aqui, a Mônica vem explicar o projeto, enquanto esta sendo pensado no recurso para esse projeto, daí licita, daí você tem o valor exato desse projeto.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Cons. Mônica Borba: O que eu observo, eu trabalho também com várias instituições também na área de empresas, e todo mundo está fazendo a sua cartilha de mudanças climáticas para a sua empresa, para a comunidade local, talvez isso pudesse ser um esforço de parcerias até porque o próprio HSBC que é parceiro nosso está também querendo fazer um material educativo, então talvez fosse interessante conversar.

Presidente Eduardo Jorge: Todos que quiserem fazer, e quiserem ter a participação institucional da secretaria, mas agora vai ter o comitê de mudanças climáticas que a lei municipal criou. Nós estamos dispostos a colocar logotipo, ajudar, participar porque são atividades que não podem ser centralizadas, quanto mais gente tiver fazendo, melhor, agora quanto mais gente quiser o apoio e a participação nossa você pode trazer que a gente quer.

Cons. Luis Ferrua: Sou Ferrua, da Ciranda, complementando a informação dela, eu acho que ela quis dizer, o mesmo pensamento que eu tenho, seria destinar uma porcentagem desse crédito de carbono para essas atividades e isso está no âmbito do CONFEMA, nós podemos dizer em um momento qualquer, só para dar um exemplo, 10% seriam destinados a essas atividades, certo, ou 5%.

Coordenadora Helena Magozo: É que não temos uma dimensão de grandeza.



Cons. Luis Ferrua: Não temos a dimensão, mas eu acho poderíamos definir isso no futuro próximo.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Até agora foi para obras públicas e desapropriação, para o ano que vem já estamos pensando em vários tipos de despesas possíveis, tanto para esse recurso quanto para outro que vai gerar.

Orador não identificado: Mas sempre em processo de licitação, nada em...

Coordenadora Helena Magozo: Nada impede que seja é uma questão de definir-se.

Cons. Marcelo: Sou Marcelo, sou suplente da SEMPLA, de qualquer maneira quando tiver dimensionado esse projeto ele vai passar por aqui para uma votação, para uma deliberação, é só a diretriz por enquanto que a gente vai deliberar.

Coordenadora Helena Magozo: No momento é uma diretriz só, então vamos para deliberação, os conselheiros que são favoráveis a essa diretriz de aplicação de recursos de crédito de carbono, aí não é só no aterro São João, no aterro São João para região da Zona Leste, então isso é uma coisa, e que o recurso geral seja também aplicado de acordo com a necessidade para atividades de combate a mudanças climáticas naquele escopo que o secretário colocou. Então os que são favoráveis permaneçam como estão. Então a **diretriz foi aprovada por unanimidade**. Bom, nós temos previsão além do acréscimo na pauta, de projetos para apresentar, o pessoal do DECONT e dos núcleos de gestão descentralizada estão aqui e pediram para apresentar antes que eles estão presenciais, os outros nós que vamos apresentar, então eles vão estar apresentando esse projeto de fortalecimento de ações de controle da qualidade ambiental no município de São Paulo, que um projeto do DECONT e dos NGD's, os Núcleos de Gestão Descentralizadas. Acho que vale uma contextualização, que é a seguinte: O Ministério Público, o ano passado, fez um depósito no fundo, foi o primeiro depósito e o único, por enquanto, que o Ministério Público fez no fundo, e fez vinculando esse recurso a atividades de monitoria ambiental em áreas ambientais significativas da cidade. Nós tivemos uma tentativa de apresentar um projeto anteriormente a esse conselho para aplicação desse recurso. Mas acabou não vingando. No primeiro momento, o pessoal da Divisão da Unidade de Conservação apresentou a proposta de uma sede no parque da cratera, no parque natural da cratera que era fundamental para poder exercer essa função de monitoria, mas o projeto acabou ficando muito acima do previsto, faltavam detalhamentos, especificação, eles até apresentaram o projeto num outro momento, mas não sendo o projeto que ia ter esses recursos de apoio. E nós continuamos com essa preocupação, que tem uma coisa tanto de aplicação quanto de prestação de contas, então nós conversamos na secretaria a importância de se apresentar um projeto que garantisse essa direção do Ministério Público e estamos nesse processo, nessa construção dentro da secretaria, o **Luti** me telefona na semana passada: "Helena, como é está o projeto?" Eu, olha, está sendo estruturado para ser apresentado. "Ainda não foi?" É, nós carecemos um pouco de um tempo para se dedicar para projetos, o fundo não pode ser, eu quero comprar dez computadores simplesmente, dois GPS, tem que estar estruturado dentro de um contexto. Então hoje o DECONT e o NGD estão apresentando esse projeto, que uma parte dele será financiado por esse recurso do Ministério Público. Então é importante dizer para vocês que hoje nós estamos no momento que o secretário noticiou na semana passada no comitê gestor que houve um congelamento dos recursos. Quer



dizer, nós temos o dinheiro do fundo, é um dinheiro que permanece em caixa, mas hoje nós não temos disponibilidade nenhuma para qualquer tipo de contrato que vincularia nessa questão do projeto que vai ser apresentado e mesmo para convênios com entidades. Agora nós temos o compromisso de continuar tanto com a apresentação dos projetos que estão sendo elaborados, como a avaliação continua dos projetos apresentados pelas entidades, nós vamos fazer tudo que estiver na nossa governabilidade, nós só não vamos poder, nesse momento nós não podemos, a perspectiva até o final do ano, talvez não possamos, mas no começo do ano que vem nós já teremos tudo pronto para que os projetos aprovados possam no caso das entidades ter os seus convênios assumidos e para licitação no caso dos projetos do poder público. Então tem esse contexto hoje, que é muito recente, é da semana passada, mas tem a continuidade do nosso compromisso de continuar avaliando os projetos, apresentando os projetos, até chegar no limite que a reserva do recurso vai estanqueá-los. Então isso é importante falar, quer dizer, é um projeto que vai ser apresentado e que todos os projetos apresentados vão ser executados na medida da disponibilidade do recurso que não é possível nesse momento. Isso depende da Secretaria de Finanças e Planejamento. Nós estamos pensando também em estar avisando as entidades concorrentes ao edital 6 e 7 dessa realidade porque sempre tem uma expectativa da entidade do tempo de aprovação do projeto e acho que para o planejamento da entidade tem que estar passando essa informação, nós vamos estar passando mas eu queria antes estar colocando aqui para o conselho. Eu vou chamar a Jucineide, também está aqui o Marcos Galego, que é coordenador de um dos núcleos, você sabe que o projeto da reestruturação de secretaria prevê dez Núcleos de Gestão Descentralizadas. Nós temos norte, sul, leste, oeste, foram os quatro primeiros criados, hoje nós estamos com 7 e o norte é chegarmos até dez. Então no momento são sete núcleos que estão implantados. Então, Jucineide, você pode estar falando do projeto e depois eu queria que o Marcos colocasse um pouquinho a realidade do núcleo novo, como você está coordenando.

Jucineide Ferreira Rodrigues: Eu sou a Jucineide Ferreira Rodrigues, trabalho no departamento de controle da qualidade ambiental da secretaria, hoje minha função é coordenadora de projetos, e hoje nós estamos aqui, eu e o Luis Augusto apresentando uma proposta de um projeto pelo FEMA primeira vez, que seria fortalecimento do controle de qualidade ambiental no município de São Paulo. O que nos levou a elaborar esse projeto? A secretaria ela teve a contratação de novos especialistas e visando a necessidade de aprimoramento, capacitação, nós elaboramos esse projeto. Porque os novos servidores eles têm formações acadêmicas diversificadas, são motivos disciplinares, são químicos, engenheiros, biólogos, e para atender a nossa necessidade na secretaria no contexto da fiscalização é de extrema importância que todos trabalhem numa linha, unificando os procedimentos para atender realmente a necessidade do departamento e da cidade. Hoje nós temos uma média de 200 denúncias por mês e a cidade a cada dia aumenta mais a necessidade de estar se aprimorando e fortalecendo essas ações. Esse projeto a gente dividiu em duas partes para atender nossas necessidades. A primeira seria um curso para o treinamento e a capacitação desses servidores novos envolvidos nas ações fiscalizatórias do SVMA, que seria o DECONT e os NGD's, porque hoje nós estamos com sete NGD's, alguns novos, recentes, recém abertos, esse treinamento seria através de um curso de capacitação que seria dado a 80 servidores que estão trabalhando, atuando nas ações fiscalizatórias, e outro ponto seria para aquisição de bens de consumo permanente para melhoria das atividades da fiscalização, que seria computadores, GPS, máquinas fotográficas, etc... Hoje nós trabalhamos com necessidade desses materiais. Temos que dividir máquinas, computadores, um senta, trabalha, estamos realmente com muita dificuldade principalmente nos núcleos. O projeto está aí



apresentado, o Luis Augusto fez uma planilha, anexo, com os valores dos materiais. Se vocês tiverem alguma pergunta em relação. Podem consultar esse projeto.

Coordenadora Helena Magozo: Você quer falar um pouco Galego, da questão do núcleo, qual é a estratégia do núcleo?

Marcos Galego: Bom dia a todos, meu nome é Marcos Galego, sou coordenador, diretor de um dos núcleos novos, hoje o núcleo responsável por M'Boi, Campo Limpo, tem cerca de 30 profissionais atuando, trabalhando 30%, 40% responsável pela parte de fiscalização, e todos os outros cuidando basicamente para prevenção de que novos crimes ambientais ocorram. Desses 30 profissionais, hoje, eles tem 7 equipamentos, computadores, tem 2 máquinas fotográficas, então buscamos meios para obter recursos para comprar esses equipamentos que são fundamentais para que a gente consiga exercer o nosso trabalho. Em função do congelamento de recursos para secretaria, para prefeitura de um modo geral, estamos tendo bastante dificuldade não só de conseguir, mas de conseguir exercer a nossa função. Ontem, para vocês terem uma noção eu fiz um voo nas áreas mais frágeis de M'Boi Mirim e fiquei extremamente preocupado porque mais uma vez detectamos novas clareiras em áreas verdes, áreas verdes importantes, áreas verdes que estamos monitorando através da fiscalização de outras ações a gente está tentando segurar.

Coordenadora Helena Magozo: O Marcos me mostrou todo o mapeamento e toda uma estratégia de manutenção de áreas protegidas importantes, como é que vocês estão pensando isso? Há vários instrumentos para isso, não é? Você falou da fiscalização, tem uma questão de educação, de ação preventiva, como é que está constituída toda essa estratégia?

Marcos Galego: Bom, a gente detectou que se nós tivéssemos uma fiscalização que fosse extremamente eficaz e eficiente nós mesmo assim não conseguiríamos garantir essas áreas verdes ainda. Na periferia existe um processo de ocupação irregular extremamente sério e que avança, aproximadamente há dois anos atrás, dois anos e meio iniciou-se na cidade de São Paulo uma operação chamada Operação Defesa das Águas, que contribuiu para que esse avanço diminuísse, mas o avanço persiste, e em algumas áreas mais críticos do que outras. M'Boi é uma área que eu não tenho a menor dúvida que seja a área mais crítica da cidade de São Paulo, talvez junto com Perus, não sei, mas M'Boi está extremamente crítica, não estamos conseguindo conter. Com base nisso, em função dessa realidade, nós detectamos que outras ações deverão ser feitas em paralelo às ações de fiscalização. Então começamos a mapear todas as áreas verdes, e a partir disso elaboramos um plano de parques, porque a gente tem que dar uso para as áreas verdes. Tem que um dar uso. Se não der uso, a população vai lá e vai ocupar, não tem jeito. Nós elaboramos um plano e agora estamos em uma fase de execução desse plano, ou seja, delimitando todas essas áreas verdes propriamente ditas, levantando o fundiário dessas áreas verdes, são áreas que estavam antigamente numa área rural de São Paulo, e que para vocês terem uma idéia nesse levantamento nós fomos buscar todas as plantas, estamos buscando e assim estamos nos deparando com plantas do império, de 1.800 e pouco, com símbolo do império, por um lado bastante curioso, interessante, só que por outro dificulta muito que nós consigamos avançar, sem dúvida essa é uma dificuldade grande, por outro lado nós também temos a plena consciência de que se a população não perceber e não entender que essas áreas são para uso delas, ali é assim, primeiro, nós estamos à beira da represa, nessa área especificamente e a represa abastece 1/3 praticamente da população de São Paulo, então essa área é inicialmente



fundamental para a cidade de São Paulo, para o abastecimento de água da cidade de São Paulo, e digo um pouco mais, para a manutenção do clima da cidade de São Paulo. Sistemáticamente, se formos perdendo essas áreas verdes, nós vamos contribuir para que aumente a temperatura na cidade como um todo. Agora existe uma população em M'Boi, cerca de 600.000 mil habitantes, especificamente e que se nós conseguirmos segurar essas áreas verdes e implantar parques vai ser para o uso dessa população, então estamos tentando envolver, estamos envolvendo na verdade, estamos conseguindo envolver, talvez não na mesma velocidade que nós gostaríamos, mas para que a população não só compreenda a importância dessas áreas para a cidade, mas como um ganho enorme para eles mesmos. Então basicamente é isso, Helena.

Coordenadora Helena Magozo: Alguém tem alguma pergunta em relação a isso?

Presidente Eduardo Jorge: Helena, você falou que tem um depósito do Ministério Público especial e vinculado para gastar em atividades desse tipo.

Coordenadora Helena Magozo: Atividades de monitoria ambiental.

Presidente Eduardo Jorge: E foi feito quando esse depósito?

Coordenadora Helena Magozo: Setembro do ano passado.

Presidente Eduardo Jorge: Esse dinheiro está disponível aqui no fundo?

Coordenadora Helena Magozo: Está, está no mesmo caixa, nós vamos tentar com a carta ofício do Ministério Público, que tenha prioridade na liberação.

Presidente Eduardo Jorge: Então o que eu não estou entendendo é o seguinte existe um recurso destinado a essa questão pelo Ministério Público...

Coordenadora Helena Magozo: Que não engloba todo esse projeto.

Presidente Eduardo Jorge: Que nós não conseguimos gastar no ano passado, não houve projeto e nem aprovação aqui no Fundo, e que agora novamente esse dinheiro vai continuar aí disponível e parado, e muito provavelmente o Ministério Público vai cobrar para saber porque o dinheiro não foi gasto, porque o dinheiro não foi realizado.

Coordenadora Helena Magozo: Já tem feito isso já.

Presidente Eduardo Jorge: Já tem feito isso. Eu acho que a minha sugestão é que se dê uma orientação aqui no conselho para que esse dinheiro seja disponibilizado para uma atuação desse tipo que é exatamente isso que o Ministério Público quer, e aí vai se avaliar na comissão do governo se o dinheiro pode ser liberado ou não, mas no nosso caso do fundo cabe dizer: Sim, o fundo quer que o dinheiro seja disponibilizado para um projeto desse tipo. Se o dinheiro vai ser disponível ou não aí é outro problema, aí vamos ver se é possível ou não, mas pelo menos isso acho que é obrigação nossa.

Coordenadora Helena Magozo: Eu estou colocando exatamente isso, eu concordo, mas eu preciso deixar os conselheiros sabendo como é que estão os processos também até a efetivação das ações.



Cons. Marcelo: Eu acho que vale a pena dar uma olhada nos certificados se o dinheiro está mesmo congelado, porque geralmente quando se toma a atitude de congelamento é mais em relação à expectativa de frustração de receita de arrecadação da fonte 00 que é do tesouro. Dado que é um recurso que já está disponibilizado, já foi depositado e deu um fim...

Coordenadora Helena Magozo: A gente já confirmou.

Cons. Marcelo: Já confirmou, está congelado mesmo...

Coordenadora Helena Magozo: Semana passada tinha dois projetos de duas entidades que para assinarem o convênio, projeto já aprovados aqui, que para assinarem o convênio precisava a reserva para o jurídico chamar para o convênio e o saldo era 0,00.

Presidente Eduardo Jorge: O que ele está falando é desse dinheiro específico, porque é um dinheiro que o Ministério Público depositou para isso, não é outro dinheiro geral que você falou.

Coordenadora Helena Magozo: Mas estava no mesmo caixa, Eduardo, não tenho, eu é que detecto pela carta do Ministério Público...

Presidente Eduardo Jorge: Mas Helena, veja, a Secretaria das Finanças e Planejamento mexe com dinheiro de todo tipo, então às vezes nem sabe disso, que tem o dinheiro que o Ministério Público destinou exatamente por isso, por isso que bom, a gente aprova aqui e consulta, o Aloísio e o Wanderlei estão explicando que tem um dinheiro assim, assim e assado, e ele pode corrigir.

Cons. Marcelo: Essa é a justificativa com um dinheiro que já entrou, que já está no caixa, que é para um fim específico, de repente isso é motivo para liberar.

Coordenadora Helena Magozo: Não, eu acho que é um elemento, é um elemento a mais, nesse contexto, é importante sim.

Cons. Mônica Borba: Eu queria perguntar especificamente sobre o curso, quantos agentes deveriam ser capacitados de fato, quantos nós temos na cidade como um todo?

Jucineide Ferreira Rodrigues: Foram contratados até agora, são 60 novos EMAS, antigamente eram os ZACAS, agentes de controle ambiental, então hoje são 60 novos EMAS atuando na fiscalização e fora eles tem os coordenadores que precisam se reciclar, novos decretos, nova legislação, então precisa aprimorar e fortalecer as ações fiscalizatórias nesse contexto de se atualizar.

Cons. Mônica Borba: E a carga horária desse curso?

Jucineide Ferreira Rodrigues: É 40 horas, em duas turmas.

Cons. Mônica Borba: 40 horas. E vocês previram o registro disso, porque vamos pensar em outras pessoas que não são os agentes diretos, mas os próprios conselheiros dos CADES da cidade de São Paulo que não tem qualquer informação ou formação nessa área que também podem atuar, então a minha sugestão é vocês incluírem uma, que gravassem, que disponibilizassem na internet, em pequenas aulas porque isso tem que ser público, vocês tem que aproveitar uma ação interna para ampliar para outras pessoas,



falar: "Ah, você não fez o curso, você foi contratado depois, você pode ser capacitado". Já são recursos, tudo bem, quando mudar a lei, mas eu acho que é um esforço muito importante na área de capacitação das pessoas e não deixar essa ação só isolada para os técnicos. Abrir para a sociedade civil porque isso também é educação ambiental a gente precisa muito dessas informações. É isso.

Jucineide Ferreira Rodrigues: Nós temos um curso que foi realizado o ano passado, mais específico para a área de manancial, esse material, não sei, mas eu acho que já está disponível na biblioteca.

Cons. Mônica Borba: Não, não, eu estou falando de disponibilidade real.

Jucineide Ferreira Rodrigues: Na internet.

Cons. Mônica Borba: As pessoas hoje não vão muito a biblioteca, essa é a realidade, a gente acessa tudo na internet, a gente vê um filme, a gente se atualiza, de preferência nas nossas casas e escritórios porque é impossível andar em São Paulo, é impossível. Então eu acho assim, que é importante inserir o contexto da comunicação real, agora, Youtube, vídeos pequenos, disponibilizar de verdade, essa é a minha sugestão para melhorar para todo o mundo, essa informação é um trabalho, montar um curso, eu sei disso, e eu acho que seria muito interessante englobar, já que vai pedir dinheiro para fazer, põe mais isso que pode ampliar a ação.

Presidente Eduardo Jorge: Isso que a Mônica está falando é muito importante. Agora nós estamos com 26ª eleição e a próxima é da Vila Mariana, quem for morador aqui da Vila Mariana vai votar lá no dia 16, dos conselheiros, e está tendo uma adesão muito grande, 1200, 1500 pessoas votando e esses conselheiros eu tenho sempre enfatizado que eles têm, podem fazer o que quiser, mas pelo menos três coisas a gente está pedindo para eles, ajudar no programa de arborização, no programa de educação ambiental e na fiscalização, porque a fiscalização não é uma questão somente da polícia e dos nossos fiscais, é uma questão democrática geral, nós estamos numa democracia, não é ditadura, tem um sujeito fazendo uma coisa errada em relação ao meio ambiente eu vou lá e vou ajudar a fiscalização. Essa questão, você oferecer uma formação para essas pessoas que foram eleitas é uma coisa interessante e necessária, se não pode fazer um curso presencial, a Rose que é diretora aqui do Departamento de Educação Ambiental já organizou uns dois ou três cursos a distância que nós poderíamos direcionar para os conselheiros, para os conselheiros eleitos, se os conselheiros dos PAC's também quiserem fazer, então você poderia talvez formalizar uma proposta desse tipo aqui para a Helena, e depois tentar discutir com a Rose e ver se esse recurso, por exemplo, do Ministério Público também cabe gastar nisso, não sei se dá esse dinheiro todo.

Coordenadora Helena Magozo: Não, não dá, não dá nem para o que está proposto.

Presidente Eduardo Jorge: Sim, mas é importante ter projeto pronto para quando tiver o dinheiro, pode ser que o Ministério Público se anime a gastar esse, e deposita em outro, a gente já gasta em coisa desse tipo...

Coordenadora Helena Magozo: Mas de todo jeito eu acho que...

Presidente Eduardo Jorge: A minha sugestão é que Mônica formalizasse uma proposta desse tipo aqui com a Helena Magozo para a gente analisar, pedir o apoio da Rose para preparar.



Coordenadora Helena Magozo: Eu acho que toda a forma no termo da contratação colocar como exigência do palestrante que ele disponibilize um material que pode ser colocado na Internet.

Cons. Mônica Borba: Mas não é isso.

Coordenadora Helena Magozo: Mas também.

Cons. Mônica Borba: Mas não sei quantos professores e tal você filma ele falando, você filma o aluno perguntando, você tem um trabalho na área de comunicação de registrar o que aconteceu ali, e os Power Point é obvio que o professor tem que disponibilizar, isso é normal, qualquer professor que dá aula disponibiliza o seu material para seus alunos, é que realmente eu acho que para ser conselheiro na cidade de São Paulo, você tem que ter um curso de formação, vários, não é só um não, porque é muita informação, muita legislação, as pessoas não estão atualizadas, já que vai ser feito um esforço. Agora, também é muito "broxante", desculpe usar esse termo, a gente ter uma notícia dessa, que temos um dinheiro congelado e nossas áreas sendo desmatadas, então assim, eu acredito que área de meio ambiente ela deveria ser prioridade no nosso município, no Brasil, eu recebi uma informação muito interessante, Belo Horizonte é a cidade que mais se compra livro na área de meio ambiente, segunda é Porto Alegre, terceira São Paulo, ou seja, realmente não é ainda prioridade aqui a área de meio ambiente. Eu acho isso muito triste, ouvir que o Conselho, o Fundo, acabou de ser inaugurado e já está congelado, quer dizer, realmente...

Presidente Eduardo Jorge: Mas aí Mônica, é preciso ponderar. Primeiro, o fundo nosso é um dos únicos do Brasil que está funcionando. Começou em 2005.

Cons. Mônica Borba: (incompreensível, não falou no microfone)

Presidente Eduardo Jorge: É um dos únicos. Começamos com o edital número 1, já vamos pro edital número 6 e 7, é um dos únicos do Brasil, do Brasil inteiro, incluindo Governos Estaduais. Então acho que a Helena e o pessoal nosso aqui nesse ponto está sendo bastante ativo, e a Secretaria de Planejamento e Finanças não nos tem faltado. Outra coisa importante é a, eu não vou aqui minimizar o depoimento do Marcos, mas eu quero relativizar. Veja, a Cooperação Defesa das Águas, conseguimos pela primeira vez em algumas regiões da cidade onde a invasão era sistemática, organizada, diária, congelar áreas inteiras, áreas inteiras. Nós, da Operação Defesa das Águas demolimos 1700 casas em 2 anos, o chamado desfazimento, que é uma coisa muito desagradável fazer. Pois é. Sabe quantos desfazimentos o Governo Estadual e o Governo Municipal fizeram desde o Governo do Covas e da Luiza Erundina? Fizeram 1200, 1300. Então, em dois anos a Prefeitura de São Paulo, a Secretaria do Verde e as subprefeituras, fizeram mais do que desde o Governo da Luiza Erundina e do Mário Covas, agora, é uma cidade de 11 milhões de habitantes. É um país de 11 milhões de habitantes. Você não muda uma cultura como essa da noite para o dia. Uma informação política para você, por exemplo, que é sintomática. Quando houve a eleição para prefeito, recentemente, em Parelheiros, que é a área, a fronteira de maior invasão organizada, o Prefeito Gilberto Kassab perdeu a eleição de 70 a 30. Um dos motivos é esse. Por que não deixa a gente invadir? Porque parou a invasão? Então, eu queria relativizar o depoimento do Marcos. É claro que o Marcos quer fazer mais. Primeiro porque ele é insaciável ele quer cumprir tudo que pode e imagina. Mas é preciso relativizar, porque quando você ouve um depoimento igual o dele parece que não houve esses 3, 4 anos de um esforço intenso da Prefeitura de São



Paulo para reverter esse processo. Agora, ele quer mais, e é um funcionário exemplar. Eu gosto do funcionário "quero mais". É sempre bom a gente ter esse depoimento, Marcos, é bom você sentir isso. Quando você faz um depoimento desse em um quadro, indo contra a retrospectiva de um esforço nosso, dá essa impressão que a Mônica falou, que a gente está parado. Que o município, que a Secretaria de Finanças e Planejamento não quer dar o dinheiro para gente.

Cons. Mônica Borba: Não, não, eu assim como o Marcos, não acho nem que a gente está parado.

Presidente Eduardo Jorge: Só para concluir. Porque não é justo fazer isso. Por que não é justo fazer isso com São Paulo e com o Governo do Kassab? Porque o Kassab multiplicou o orçamento nosso. O último ano do Governo da Marta, nós gastamos 70 milhões aproximadamente. 70, 75 milhões. O orçamento do ano passado foi de 300 milhões.

Cons. Mônica Borba: Não, eu acompanho, eu sei que a gente está ampliando, crescendo. Só que a gente está muito atrasado. E eu entendo que o desejo aqui do Marcos é na mesma perspectiva que a minha, estamos fazendo, estamos atrasados, temos que fazer muito mais para nós realmente chegarmos a um pouco perto de algum equilíbrio, porque estamos bem desequilibrado.

Presidente Eduardo Jorge: Não é só São Paulo, é a humanidade.

Cons. Mônica Borba: É, a humanidade, mas eu moro aqui, eu atuo aqui, eu vivo aqui, e eu quero ver isso acontecer aqui, é o que eu posso fazer neste momento. Então, não é desqualificando, eu sei que o orçamento dobrou, e o fundo existe, acompanho aí há tantos anos. Mas...

Presidente Eduardo Jorge: O fundo quadriplicou.

Cons. Mônica Borba: Graças a Deus. Mas, eu vou sempre puxar para ampliar e para aumentar, agora, para mim me causa um espanto total um congelamento de um fundo que...

Coordenadora Helena Magozo: É de todo orçamento, inclusive do fundo. Orçamento para contratos novos e Governos novos.

Cons. Marcelo: Não é um problema do Fundo.

Cons. Mônica Borba: Eu sei que não é do fundo, eu sei que uma coisa geral da Prefeitura. Não sou muito especialista nisso, mas...

Cons. Marcelo: Eu fiz uma tabela, mexo com a despesa. Planejamento mexe com a despesa. Dada uma certa receita que finanças passa para nós, vamos acompanhando com eles, vamos liberando ou não a despesa. A receita acumulada, não fechei julho ainda, porque não está fechado, tem um prazo até para entrar toda receita no caixa, mas até junho, comparado com o mesmo período janeiro junho do ano passado, houve queda real de arrecadação. Se você desconta a inflação, a gente teve queda de quase 1%, acho que é mais ou menos 0,5%, 1%, não lembro bem, mas é por aí. Isto está estável, mas o que estamos arrecadando esse ano foi o que arrecadamos ano passado. E tinha uma expectativa de vários projetos, não só na área de verde e meio ambiente, mas saúde,



educação, de várias coisas que tem que parar, porque você tem que dar conta do dinheiro que está arrecadando, com as atividades, os compromissos que você já tem firmado, então você não adquire novos compromissos. É um problema, tem várias coisas para se resolver na área do meio ambiente, mas tem várias coisas para resolver em todas as áreas e podemos ir resolvendo na medida em que os recursos forem aparecendo. Não dá para inventar recursos. Tem que lidar com a realidade, que é restrição orçamentária. E ela existe.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Cons. Marcelo: Esse do Ministério Público acha que vale a pena pedir, vale a pena considerar, justificar que o dinheiro já está lá, é um recurso que já entrou.

Cons. Mônica Borba: Só para saber, quanto que é esse dinheiro?

Coordenadora Helena Magozo: Deixa-me contar, o Projeto ultrapassa o valor do Ministério Público, nós falamos faz o Projeto. O recurso do Ministério Público é de 186 mil reais. O Projeto apresentado ultrapassa e muito esse recurso. Mas está por conta daquela busca nossa de execução responsável, porque nós estamos com um saldo importante no Fundo. Foi calculado que esse Projeto caberia perfeitamente dentro de um saldo que nós temos no Fundo, e que inclui esses 186 mil do Ministério Público. Seria uma parte desse Projeto, já dando conta de uma resposta ao Ministério Público, que para nós acho que é muito importante, e por uma demanda de um fortalecimento do controle da qualidade ambiental descentralizada e também no DECONT.

Cons. Marcelo: Só esclarecendo uma dúvida dele, ele disse que o congelamento foi da ordem de 25%, e a receita só caiu 1%, 0,1%, então está desproporcional. A conta é bem assim que se faz: quando elaboramos um orçamento, isso é até setembro do ano anterior, o processo vai de julho a setembro do ano anterior, você tem um cenário econômico, uma expectativa de inflação no ano seguinte, de crescimento da economia, de taxa de câmbio, enfim, de uma série de coisas que você estima uma receita, então aquela receita estimada num ambiente onde as variáveis apontavam para um determinado sentido. A partir dessa receita você faz, distribui, entre todas as despesas que você vai ter no município. Quando entra em execução, o ano orçamentário entra em execução, o comportamento é outro, o cenário é outro, antes se esperava que a economia crescesse, agora já tem expectativa de queda, então não dá para comparar o 0,1% de queda da receita com os 25 de contingenciamento, porque esses 25 é em cima de um número que você projetou no ano passado.

Coordenadora Helena Magozo: Uma estimativa.

Cons. Marcelo: Uma estimativa que foi feita entre julho e setembro do ano passado, aí quando começa a ocorrer está bem abaixo daquela expectativa, então você congela 25%, porque é o que se julga necessário para poder equilibrar a receita com a despesa, então não dá para fazer essa conta direto. A receita está caindo só 0,1%, então está congelando 25% proporcional. Não é assim que congela 25% em cima daquela receita que foi definida lá em setembro.

Coordenadora Helena Magozo: Mais alguma posição? Eu precisava ver o valor do Projeto como todo. Sempre no microfone, por favor.



Jucineide Ferreira Rodrigues: O total de recurso destinado ao Projeto é de R\$ 565.264,60.

Coordenadora Helena Magozo: Coloca o que envolve nisso?

Jucineide Ferreira Rodrigues: Esse Projeto envolve o reforço institucional do DECONT, R\$ 148.927,00. Reforço institucional de NGD's, R\$ 301.329,70. O curso de capacitação técnica, R\$ 115.000,00, esse é um valor estimado.

Coordenadora Helena Magozo: O institucional está discriminado aí que são aquelas séries de equipamentos, tanto de...

Jucineide Ferreira Rodrigues: É, o valor estimado. Fizemos uma cotação nos cursos, equipamentos, estão todos discriminados no anexo 2 do Projeto.

Cons. Mônica Borba: Só uma pergunta. No orçamento da Secretaria não está previsto compra de equipamentos? Por que tem que tirar do Fundo?

Orador não identificado: Na verdade, todo ano a gente prevê o orçamento Programa, e o que se está aqui tentando, é fazer uma vinculação bem nítida entre a finalidade desse Projeto que é o de aprimoramento dos técnicos da Secretaria, principalmente desses que estão chegando, com uma quantidade de equipamentos e materiais que seja vinculada diretamente a isso, porque o que normalmente acontece é que nesse Fundo de operação de orçamento Programa, muitas coisas se misturam, mobiliário, e outras coisas, nós queremos que fique mais caracterizado a necessidade de se vincular esta atuação nossa com equipamentos especificamente comprados para isso, basicamente isso, é um Projeto que ele é integrado, tanto o curso quanto os equipamentos que fazem parte desse contexto geral de formação dos técnicos. Não sei se respondi.

Presidente Eduardo Jorge: Respondendo a pergunta dela, sim, nós compramos muito, mas é coisa a mais que a gente quer fazer, e agora com o congelamento a gente não pode comprar. Se tem esse dinheiro especificamente, que pode socorrer esse que são novos na Secretaria a gente faz, porque senão vamos ter que esperar o ano que vem, quando liberar o orçamento. E fiscalização não pode, se puder avançar, avança já. Se tiver o dinheiro também, se o dinheiro for liberado. Mas respondendo à sua pergunta, nós compramos sim muita coisa de informática esse ano, mas precisa mais.

Jucineide Ferreira Rodrigues: Mas não dá para atender toda necessidade, principalmente dos núcleos, são vários núcleos que estão funcionando precariamente devido à essa falta de equipamentos e material de consumo permanente.

Rubens: Rubens, Secretário Executivo do Fundo, só para acrescentar, esses recursos, além de ser um recurso a mais, ele está sendo destinado para esse fim por conta de uma demanda que existe da sociedade de fiscalização, como foi colocado pelos expositores aqui, dessa cobrança que temos da população de se conter as invasões, de se preservar, e de se efetuar uma fiscalização efetiva. E uma coisa que não podemos esquecer também é que esse recurso que está sendo aplicado, ele está sendo aplicado não como uma despesa do Fundo, mas como um investimento, até porque, com uma fiscalização efetiva possivelmente autuações serão aplicadas e multas serão aplicadas e esse dinheiro acaba retornando para o Fundo porque multas ambientais é uma fonte de arrecadação do Fundo. Então na verdade, estamos investindo no equipamento, no fortalecimento para conter as invasões, para manter os mananciais, e com uma perspectiva até de retorno



desse recurso, que não é o objetivo da fiscalização, não é multar, é preservar, mas de certa forma, esse recurso tem um retorno para o próprio Fundo, que pode ser aplicado em novas ações de educação ambiental, para nova ação de preservação.

Coordenadora Helena Magozo: Mônica, temos discutido muito com o jurídico essa questão tanto das fontes como destinações do Fundo, e um elemento que separa por exemplo, uma questão de um recurso orçamentário básico do Fundo, é essa questão, primeiro da Lei do Fundo, colocar que a destinação deve ser para Planos, Programas e Projetos voltados para preservação do ambiente. Então tem que estar integrado em um Plano, um Programa, não caberia vir aqui e pedir 50 computadores, o Fundo não está para isso. O Fundo está para estar apoiando ações integradas, numa linha de Planos, Programas e Projetos, como coloca a lei. Uma outra questão importante, isso também vai sair na resolução, é que tem que estar compatível com a diretriz do CADES, que anualmente, que vai no sentido também da preservação, então esta questão de estar vinculado à um Programa, a uma ação estratégica faz toda diferença para estar sendo apresentado aqui. Porque ficou muito essa coisa, várias vezes discutiu, a carga orçamentária ou não orçamentária. O que não cabe é RH. Isso é uma coisa que não cabe a nenhum Fundo, quer dizer, não posso subsidiar recursos humanos, planejamento, uma bolsa dos zeladores de parque, que a gente entendeu que não era RH, que era incentivo para a sustentabilidade, não iam ser planejamento, entendeu-se com RH e estamos discutindo ainda isso, então RH não. Agora, a vinculação dentro de um plano, um programa maior é que distingue essas duas funções aí, e essas duas destinações,

Jucineide Ferreira Rodrigues: É, e o peso maior aqui, o reforço maior, está sendo destinado aos NGD's, 301 mil, e que é de extrema importância. Antigamente quando não havia os NGD's, os núcleos descentralizados, havia uma denúncia na Secretaria, e até a gente chegar lá em Bororé, em Perus, já haviam cortado, não se encontrava o infrator, hoje esse problema já está sendo resolvido com esses núcleos descentralizados, que ajudou bastante a Secretaria nas ações fiscalizatórias.

Coordenadora Helena Magozo: Vamos para a deliberação. Então eu pediria que os colegas não conselheiros, já podem estar se retirando. Obrigada. Então, os conselheiros que são favoráveis a essa destinação para o Projeto de Fortalecimento de Ações de Controle de Qualidade Ambiental no município de São Paulo, tanto para o DECONT como para o NGD conforme foi apresentado aqui, de acordo com a deliberação do CADES, permaneçam como estão. Então o **Projeto de Fortalecimento de Ações de Controle de Qualidade Ambiental no município de São Paulo foi aprovado por unanimidade**. Agora eu vou passar a coordenação para o Rubens, porque vocês estão percebendo que eu estou com a voz bem ruim, e o Rubens vai estar encaminhando as outras deliberações. Obrigada aos colegas que vieram.

Coordenador Rubens: Bom, dando prosseguimento à ordem do dia, os pontos da pauta, nós temos a deliberação sobre a aplicação dos recursos de crédito de carbono gerado pelo aterro São João, nós já, de certa forma, abordamos o assunto no início da reunião, mas precisamos de uma deliberação, de uma votação e deliberação desse Conselho, para aplicação desses recursos, até por conta de uma cobrança do Tribunal de Contas, do relatório. Desculpa pessoal, já está votado. Voltamos. Então já está deliberada a aplicação dos recursos de crédito de carbono na região leste da cidade. O próximo ponto de pauta então. Análise e deliberação dos Projetos da subprefeitura de Pirituba-Jaraguá, nós temos aqui conosco e está disponível para consulta dos Conselheiros, alguns Projetos propostos pela subprefeitura de Pirituba-Jaraguá e de Perus também, para



utilização de recursos de créditos de carbono gerados pelo aterro Bandeirantes e que já por deliberação anterior desse Conselho, de certa forma eles já foram pré-aprovados, em uma deliberação mais geral, dessa aplicação de recursos e a medida que os processos são apresentados, eles são submetidos ao Conselho para sua aprovação individual. Então nós temos um projeto de implantação do Ecoponto Aleixo Jafet, o valor desse Ecoponto, da implantação desse Ecoponto é R\$ 149.945,54. Um outro processo de implantação de Ecoponto, chamado Ecoponto **Voit**, o valor desse segundo Ecoponto R\$ 149.926,90. Temos a implantação da Praça Estrada Coronel José Gladiador, que faz parte de um conjunto de praças, de áreas verdes, proposta pela subprefeitura, para revitalização daquela região com os recursos de crédito de carbono e a implantação dessa praça tem o valor de R\$ 84.650,28. E tem um aditamento de um contrato da Praça Tarcon, essa praça já foi aprovada anteriormente, o recurso já foi passado, as obras já estão em execução, mas por conta de uma demanda da população de instalação de equipamentos de lazer, um pequeno playground e algumas modificações do Projeto original, precisa de um aditamento de R\$ 66.434,31. Então, esses quatro Projetos estão aqui disponíveis, para consulta, se os Conselheiros estiverem interessados em dar uma olhadinha, e aí eu pergunto, vocês querem olhar o Projeto primeiro e depois entrar na votação?

Cons. Mônica Borba: Eu queria perguntar desses Ecopontos, que eu vi um recentemente aqui em Pinheiros. Como que a subprefeitura de Pinheiros viabilizou o Ecoponto de Pinheiros?

Coordenador Rubens: Foi com recursos próprios. Não foram com recursos do Fundo.

Cons. Mônica Borba: Foi da subprefeitura local.

Coordenador Rubens: Foi da Subprefeitura local. No caso de Pirituba e Perus...

Cons. Mônica Borba: Eu achei uma ótima iniciativa. Vocês já viram? Todo mundo já viu esse Ecoponto? É descendo ali o cemitério, indo para a Vila Madalena, à direita um lugarzinho.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Cons. Mônica Borba: É esse que eu estou falando. Mas eu estou falando desse ali da Vila Madalena. Porque é um grande problema que a gente tem. Pequenos entulhos, restos de coisas.

Coordenador Rubens: Então, nas cidades existe até uma política de implantação desses Ecopontos por conta de entulho que é jogado irregularmente em vias públicas, então existe essa preocupação, e naquela região de Pirituba e Perus, isso é mais acentuado até, porque tem bastante área desocupada, digamos assim, e as pessoas acabam jogando no espaço público, então a criação desses Ecopontos é fundamental para isso. E como Pirituba e Perus tem esse recurso do crédito de carbono disponível para isso, já com essa diretriz do Conselho para aplicação, então estão sendo propostos esses 2 Ecopontos, o Ecoponto Aleixo Jafet e o Ecoponto **Voit**.

Coordenadora Helena Magozo: Queria falar para os Conselheiros é uma coisa importante. Em Perus estão acontecendo uma série de construções de revitalizações de praças. E nós temos o convite da subprefeitura para nós estarmos fazendo um dia uma vistoria, uma ida lá, para que o conselheiro também possa acompanhar o que está acontecendo. Então está aberto esse convite, é só uma questão nos organizarmos, para



estar indo, porque são várias praças que já foram submetidas e que serão submetidas ao Conselho.

Cons. Mônica Borba: Eu achei o visual desse Eco ponto ali muito legal, porque ele tem feito com madeira, assim meio transparente, então você enxerga o que tem lá dentro, mas também tem uma proteção, eu achei bem pensada a solução, e queria saber se esses outros vão seguir essa linha?

Coordenador Rubens: O Projeto está aqui, tem a perspectiva toda do Projeto, então vocês podem estar dando uma olhada, uma consultada, para ver se é na mesma linha da obra que foi feita em Pinheiros.

Coordenadora Helena Magozo: O Heitor não pôde estar presente, mas a gente prefere que eles venham apresentar, hoje não foi possível.

Coordenador Rubens: E acredito que a gente vai dar um tempinho para vocês darem uma olhada, eu queria aproveitar também para incluir nessa olhada que vocês vão dar no processo, o processo de desfazimento, que é aquele que você estranhou o termo, mas é um processo de desfazimento das áreas da região norte da cidade, que inclui também Pirituba e Perus, e que esse processo em especial, ele é um processo que já vem em andamento, então ele já foi aprovado anteriormente por esse Conselho para aplicação de recursos de desfazimento e em maio ele foi prorrogado por mais 8 meses, então ele está prorrogado até dezembro, os recursos foram transferidos na época, mas precisamos ratificar isso neste Conselho, essa transferência, até por conta da necessidade da continuidade desse trabalho. Esse processo de desfazimento, ele foi contratado inicialmente por 1 ano, mas ele permite mais, prorrogação por iguais ou menores períodos, até o limite da legislação, que seria de 60 meses. Então houve inicialmente a contratação por 1 ano, houve 2 aditamentos também, já um de 3 meses e um de 1 mês, e agora um aditamento de 8 meses, que ele chega até dezembro. Então o processo também está disponível, ele está fundamentado até a necessidade, e tem a documentação da NGD norte também, do núcleo norte sobre as ações que estão sendo executadas com mapeamento, com fotos aéreas, que definem bem onde está sendo feito o trabalho. Então eu acho que a gente poderia dar uns 10 minutos, para o pessoal dar uma olhada, ou um tempo que vocês definirem para dar uma olhada no processo depois retornamos para as votações.

Pausa para análise.

Coordenador Rubens: Bom, então retomando a análise dos projetos em andamento, nós vamos votar, eu gostaria até de votar por projeto, para deixarmos claro então. Consultados os processos, queríamos colocar em votação a implantação do Eco ponto Aleixo Jafet, mas antes queria abrir, para saber se tem alguma pergunta ou sugestão dos Conselheiros, Mônica.

Cons. Mônica Borba: Na minha visão, se a prefeitura não tomar iniciativa com pequenas atitudes, nós nunca vamos mudar essa perspectiva de sustentabilidade. Um Eco ponto que não reutiliza nenhuma matéria prima, nenhum recurso natural, compra tudo novo. Não capta água de chuva, não esquenta água usando aquecedor solar de baixo custo. Quer o dinheiro do próprio crédito de carbono. A gente continua, está tudo errado. Vocês me desculpem, acho assim, o conceito é legal, é super importante, mas tem que ter modificações no projeto sim. Eu particularmente não posso aprovar um lugar como esse que não capte água de chuva e não tenha aquecedor solar. São duas



pequenas ações, mas que a gente tem que exigir isso, sabe por que? Porque a gente está usando, olha a quantidade, a fundação, cimento, areia, a gente tem todo um trabalho de falar de bioconstrução, de arquitetura moderna, leve, utilizando baixo carbono, tudo isso, e a ação concreta, ela não reflete isso. Só que hoje captar água de chuva e aquecedor solar de baixo custo, para mim é o básico gente, não podemos aprovar um Ecoponto sem isso, senão não é um Ecoponto, é um depósito. Ou a gente tem o conceito da palavra na ação, ou então a gente vai continuar fazendo o que todo mundo faz, fala mas não atua. Eu acho que temos que exigir essas questões, pelo menos isso. Em relação às telhas, também poderiam ser reutilizadas, compradas ou telhas usadas ou telhas que são feitas de tetrapark, de ecotop. Tem tanta coisa hoje no mercado. Eu acho que são 3 princípios básicos. Reutilização de recursos naturais, eu não faço uma obra na minha casa, nem em qualquer projeto que eu desenvolvo sem usar uma demolição. Porta, janela. Gente! Que é isso? Compra tudo novo, de péssima qualidade inclusive. Porque as coisas novas são péssimas. Tem aí um batente de peroba. Sabe quanto custa um batente de peroba novo? Tem que usar esses materiais de demolição. Então acho que são conceitos básicos que temos que exigir nessas obras todas, senão não vai. Ainda mais o dinheiro do crédito de carbono.

Coordenador Rubens: Mais algum comentário? Não. Bom, então. Secretário, por favor.

Presidente Eduardo Jorge: Eu acho que é muito bom isso aí, mas para que não se perca tempo, Mônica, a gente podia talvez, não sei se você concorda, porque tendo a burocracia tem menos. Aqui, que a gente se reúna daqui 1 mês, a subprefeitura vai perder tempo daí acaba o orçamento e não faz. Podia aprovar com essas sugestões condicionantes que a Mônica está colocando. A gente aprova desde que a subprefeitura leve em conta essas questões que ela está colocando. E aí depois vão ter que prestar contas para gente. Se eles fizerem desobedecendo isso eles serão sancionados. Depois a gente ganha tempo. Eles reformam o projeto.

Cons. Mônica Borba: Não, inclusive assim, não é para breçar, é para orientar. As outras subprefeituras, quem está cuidando de todos os Ecopontos? Alguém deve estar.

Presidente Eduardo Jorge: Não.

Cons. Mônica Borba: Cada um faz do jeito que quer.

Presidente Eduardo Jorge: Aquela subprefeitura faz quando pode e como quer.

Cons. Mônica Borba: Esse aqui, esse projeto aqui, foi copiado de um que já teve, porque segue o mesmo modelo das madeirinhas em volta. Isso já. Então assim, eu acredito que deveríamos verificar. Alguém deve estar coordenando uma ação, porque isso aí foi "chupado" de um outro projeto, tanto é que um e o outro é a mesma coisa, apesar deles serem "chupados" um do outro. "Um cole e copy".

Presidente Eduardo Jorge: Deve ser a LIMPURB, que orienta.

Cons. Mônica Borba: Eu não sei como que o Conselho, como chega essa informação lá na LIMPURB, mas eu acho que não dá para aprovar. Eu assim, tudo bem, podemos aprovar esse, tal, pronto, mas acho que assim, eu não vou aprovar mais nenhum.

Presidente Eduardo Jorge: Não precisa aprovar. A gente aprova com essas modificações.



Cons. Mônica Borba: Para colocar essas questões básicas.

Presidente Eduardo Jorge: Agora, você pensou em botar o aquecimento de água solar porque tem banheiro público.

Cons. Mônica Borba: Tem, claro, as pessoas que trabalham nesses lugares tomam banho.

Presidente Eduardo Jorge: Tem chuveiro lá?

Cons. Mônica Borba: Tem chuveiro elétrico.

Presidente Eduardo Jorge: Tem chuveiro elétrico?

Cons. Mônica Borba: Tem, tem sim, nos 2. Tem chuveiro elétrico.

Presidente Eduardo Jorge: Tem que por então.

Cons. Mônica Borba: Um chuveiro elétrico para as pessoas que trabalham ali, terminou o expediente, mexe com sujeira, tal.

Presidente Eduardo Jorge: Então pode por. A gente podia aprovar, vê se você concorda? Aprova com a sugestão dela que coloque aquecimento da água para o chuveiro, faça captação de água...

Cons. Mônica Borba: Essa água de chuva para regar as plantas, porque tem jardim.

Presidente Eduardo Jorge: E procure utilizar.

Cons. Mônica Borba: E lavar o chão. É o mínimo.

Presidente Eduardo Jorge: E procure utilizar materiais recicláveis...

Cons. Mônica Borba: De demolição.

Presidente Eduardo Jorge: Na construção.

Coordenadora Helena Magozo: Eduardo, Mônica, e os outros conselheiros, eu acho que é super positivo, até porque a gente sempre lê notícia, vamos mandar tal projeto. Que se vejam essas questões nos projetos a serem encaminhados, para procurar atender, acho, dessa questão, modelar esses princípios básicos, não é Eduardo? Esse já veio, mas os outros que virão, nós já falamos que eles apresentam para gente, a gente olha.

Presidente Eduardo Jorge: A gente aprova com essas 3 modificações como sugestão que ela fez. Manda isso para a LIMPURB, nos outros procure já mandar com as orientações.

Coordenador Rubens: Só um detalhe Mônica, você falou da reutilização de material de demolição, no caso de uma obra da Prefeitura, se o material for adquirido, a Prefeitura tem dificuldade de adquirir material usado, por conta de você não ter parâmetro de preço de mercado. Então se houver a possibilidade da Prefeitura estar utilizando um material já existente na subprefeitura para colocar no Ecoponto, eu acho viável, agora se tiver que



comprar possivelmente esse material vai ser comprado novo. Até por conta de nota fiscal, de exigências legais que são necessárias.

Cons. Mônica Borba: Eu entendo. As demolidoras oficiais, você compra e eles têm nota fiscal sim. Em relação ao mercado, é sempre um pouco menos que o mercado. Eu sei dessa legislação que Fundos, tem Fundos que proíbem você comprar uma coisa usada inclusive. Só que eu acho que isso talvez tenha que ser revisto, porque dentro da lógica da sustentabilidade, a questão da reutilização dos materiais, os recursos naturais, ela é fundamental. Fundamental. E além do Ecoponto deveria ter mais assim, coisas, móveis que você não quer mais, você coloca lá e outras pessoas podem pegar, umas Ecotrocas, ter galpões da Prefeitura só com essa filosofia, porque cada vez que a gente tem que comprar qualquer porcaria numa loja nova, nós estamos jogando dinheiro no lixo, literalmente, e as coisas antigas são muito melhores, então assim, é uma lei, eu sei que existe essa lei, eu já tive vários problemas com essa lei, porque essa lei está fora da lógica da sustentabilidade, está dentro da lógica do mercado atual, mas é algo que a temos que verificar com os juristas, fazer um seminário sobre isso, e mudar, porque é uma loucura qualquer...

Coordenador Rubens: Eu entendo, mas para esse projeto especificamente, não dá para exigir isso nesse momento, até por conta de restrição legal, então a gente pode sugerir da reutilização na medida do possível, porque às vezes até a subprefeitura tem o material que ela pode estar aproveitando, e não tem a necessidade de comprar, mas colocar um adendo que a reutilização do material de demolição ou material próprio na medida do possível.

Cons. Mônica Borba: Então, olha, eu assisti um seminário sobre licitação sustentável. Quando você faz o processo de licitação, você pode colocar lá sim, se você coloca na licitação, você muda essa lógica, tudo bem, tem essa lei, tal, mas se você coloca, quando você coloca a especificidade do que você quer, você pode colocar a especificidade do conceito da compra que você quer fazer. Não comprar só o produto, mas o que que tem, se aquele produto não usa mão-de-obra escrava, você pode colocar uma série de questões no edital que contemplem a questão da sustentabilidade, da justiça social e assim por diante. Porque a gente fica muito fixado na questão do produto em si, mas o que envolve a produção desse produto pode estar no contexto do processo licitatório sim. Então acho que talvez, não sei se vocês estão incorporando isso, ou até as subprefeituras, os CADES, poderiam estar incorporando, mas essas questões são muito importantes.

Orador não identificado: Eu sugiro também que se faça uma análise do custo benefício dessa implantação, porque às vezes, por mais nobre que seja o princípio, que a idéia, ver se no tempo isso valeria a pena. Pela escala, pela quantidade de pessoas que você vai atender, não sei, "to chutando aqui", só para levantar a "lebre". Porque às vezes a subprefeitura já tenha até feito essa análise, prefiro pagar energia elétrica a implantar um sistema de, não sei, estou ponderando, tentando puxar, defender a subprefeitura para... uma coisa nesse sentido.

Cons. Mônica Borba: Não, eu entendo a sua colocação, acho ela super importante que sempre se coloque que realmente preservar o ambiente vai custar um pouco mais caro nesse início, mas quando todo mundo incorporar, por exemplo, como é um chuveiro só, e esse de baixo custo, que o professor Agostinho, da Sociedade do Sol, que todo mundo conhece, é um custo assim, 200, 300 reais, para conta de luz que na verdade quem sabe quem vai pagar essa conta de luz é a própria prefeitura, então, e a questão da captação



da água de chuva também porque a gente não pode ficar refém, 100% de tudo de fora. O conceito de sustentabilidade numa casa, num edifício e que ele tenha uma função de se auto-suprir de alguma forma. Num momento de emergência, se você ficar dois, três dias sem água, se você tiver um reservatório de água você tem que ter essa questão da precaução, incorporar, a gente vive muito a mercê, 0 de precaução, mas e se dá um, a gente tem que ter um pouco de autonomia, e aí eu acho que assim, esse custo benefício, a não temos indicadores reais hoje para analisarmos isso. Deveríamos apostar um pouco na questão da prevenção e da precaução. Eu vejo por aí.

Orador não identificado: Isso dá para avaliar se você fizer previsão de conta, de gasto com conta de luz, você compara isso, traz isso para valor presente, tem mecanismo de fazer isso, ver o custo de implantação do equipamento, você compara as coisas e decide, é uma variável que dá para você montar e tomar uma decisão em cima dela.

Presidente Eduardo Jorge: Precisa ver como nós vamos encaminhar, eu tinha feito a sugestão, vou retomar, nós aprovamos o projeto do Ecoponto para a subprefeitura andar com a recomendação, que a Mônica está sugerindo de fazer a captação de água de chuva, o aquecimento da água solar e a possível utilização de material de reaproveitamento. Veja, para não chegar e voltar uma discussão inteira sobre isso, eu nem queria falar sobre isso, que é uma discussão que nós estamos rolando a quase dois, três anos, que é com o Governo do Estado de São Paulo, com o Governo de Minas, nós estamos com projeto de compras sustentáveis com o patrocínio da Embaixada Britânica, já faz dois anos que isso está rolando, com a Secretaria do Planejamento, de obras participando. Existe, Mônica, muitas questões jurídicas e a Secretaria de Negócios Jurídicos da prefeitura do estado e do estado de Minas Gerais, eles estão ainda muito em discussão sobre a incorporação desses conceitos, por causa da lei de licitação federal muitas vezes a área jurídica nossa acha que isso é algo que não tem base para ser colocado. Você colocou de forma como se fosse uma coisa consumada, mas não é, no Brasil inteiro existe uma discussão jurídica muito grande sobre isso. A gente tem conseguido inserir alguns itens, tudo isso tem que entrar na lista de compras da Secretaria de Gestão nossa, tem que ser validada pela Secretaria de Obras, no código de obras, é um percurso grande, conseguimos já algumas coisas, mas ainda é um percurso grande. Por isso que eu coloco a possível, para não ficarmos mobilizado, e não deixar o Ecoponto parado numa região como essa. Agora, quanto à questão do custo ela tem razão, um aquecimento solar como esse, pode ser feito, vai dar resultado em longo prazo, não tem problema para gente. Então eu perguntaria para vocês se a gente pode aprovar assim, com a sugestão que se faça o aquecimento solar para água, o de baixo custo eu nem colocaria isso, Mônica, porque tem os requisitos técnicos, esse que você fala por exemplo aí, não tem aprovação técnica e a prefeitura não pode comprar. Só podemos comprar coisa que a INMETRO garanta, que vai ter uma durabilidade, longa data aí, esse que você citou, não tem aprovação da INMETRO, então não podemos comprar. Mas mesmo o outro que é mais caro que esse aí vale a pena. Então eu sugeriria isso, vamos aprovar com essas sugestões, e isso vai chegar na LIMPURB, com uma forma de se fazer uma avaliação, como você falou, mais aperfeiçoada, mas nesse caso aqui, porque que eu digo que aprovamos assim, porque é um dinheiro do crédito de carbono, por isso mesmo que seja mais caro, e é, estamos gastando para criar a cultura e a experiência em Perus e Pirituba, porque é um dinheiro do crédito de carbono, então tem a ver com essa finalidade. O que eu não quero é atrasar o trabalho da subprefeitura.

Coordenador Rubens: Bom, só lembrando também que essas modificações do projeto possivelmente vão alterar o orçamento proposto nesse projeto, deve ter um custo a mais,



então nós vamos aprovar os projetos e aí colocamos no encaminhamento para eles que eles nos informem o novo valor do orçamento só para trazermos para essa mesa e comunicar os conselheiros. Então passando para a votação os conselheiros que são favoráveis a implantação dos dois Ecopontos: Ecoponto Aleixo Jafet e o Ecoponto **Voit** permaneçam como estão. Então **o projeto Ecopontos: Ecoponto Aleixo Jafet e o Ecoponto Voit foi aprovado por unanimidade com a recomendação de que o projeto seja adequado para captação de água de chuva, para captação de energia solar para aquecimento de água, e para possível reutilização de material usado na obra, ou aquisição de material reaproveitado.** Um outro projeto que está em pauta, é a implantação da praça Estrada Coronel José Gladiador, que faz parte do rol de praças já aprovadas em audiência pública, no valor de R\$ 84.650,28 que ficou disponível para os conselheiros para consulta, eu gostaria de perguntar se há alguma observação. Não? Então passando para a votação, os conselheiros que são favoráveis à implantação da praça Estrada Coronel Jose Gladiador permaneçam como estão. Então **a Implantação da praça Estrada Coronel Jose Gladiador foi aprovado por unanimidade.** Um outro processo é um aditamento do contrato de implantação da Praça Tarkon, que a obra já está em andamento e necessita de um aditamento de R\$ 66.434,31, também já ficou disponível para os conselheiros, os conselheiros que são favoráveis ao aditamento da implantação da Praça Tarkon permaneçam como estão. Então **a Implantação da Praça Tarkon foi aprovado por unanimidade.** E por fim o processo de desfazimento de construções irregulares construídas em áreas de proteção na região de Pirituba, Perus, zona norte de uma maneira geral, também está disponível como fundamentação do Núcleo de Gestão Descentralizada e as medições do contrato, lembrando que essa prorrogação já foi efetuada e que esse conselho estaria ratificando essa prorrogação até dezembro, quando volta para pauta esse mesmo processo para uma possível, se for solicitado, uma possível prorrogação. Os conselheiros que são favoráveis ao prosseguimento do processo de desfazimento da região norte de São Paulo, permaneçam como estão. Então **o prosseguimento do processo de desfazimento da região norte de São Paulo aprovado por unanimidade também.** Bom, com essas votações, essas deliberações, nós encerramos a pauta de hoje, pergunto se alguém teria mais alguma coisa a colocar, não, então podemos encerrar a reunião, secretário, por favor.

Presidente Eduardo Jorge: Como tem conselheiros novos, eu pergunto a Helena se nós poderíamos combinar que a reunião comece as nove e meia, mas às nove horas, quem estiver interessado em analisar os processos, já posso chegar antes, já analisa os processos, nove horas os processos estão aqui, então você garante que uma funcionária nossa esteja aqui, nove e meia começamos a reunião. Assim está bom?

Coordenadora Helena Magozo: Só uma coisa, consulta os conselheiros, que está dependendo ainda de umas outras configurações, para vocês é indiferente se é na segunda, terça ou na primeira terça do mês? Para vocês não faz diferença? Não faz diferença? Então está bom. Isso é a primeira consulta, se fizesse diferença já estamos, a estarmos vendo isso. A gente vê com Maria Lucia também, correto.

Coordenador Rubens: Essa possível mudança de data, depende de agendamento de sala, de uma série de outros fatores, mas se houver a possibilidade a gente consulta os conselheiros por e-mail, para estarmos podendo alterar isso e depois delibera numa reunião. OK? Bom, então concluída a....

Cons. Mônica Borba: A próxima reunião seria quando?



Coordenador Rubens: Você tem a data, Márcia, o calendário, é que nós temos duas datas por mês agendadas, uma reunião Ordinária e uma Extraordinária.

Orador não identificado: 25.

Coordenador Rubens: É 25, depende da demanda da chegada de projetos, ou da chegada de processos, para convocarmos essa reunião, mas sempre colocamos com antecedência, comunica com os conselheiros por e-mail, confirma a possibilidade do comparecimento, então essa data é uma data prévia, mas sujeita a confirmação. E todo mês a gente tem duas datas agendadas que na é segunda terça-feira e na última terça-feira do mês. Mas pode ser alterado aí conforme a deliberação do próprio conselho. Então concluída a pauta do dia, a gente pode dar por encerrada a reunião, agradeço a presença de todos, conto com vocês na próxima. Obrigado.